



PÓS-COVID-19: RECONSTRUIR PARA MELHOR

| POR MARIO MONZONI E ANDRÉ CARVALHO

Faz-se necessário considerar a variável ambiental na análise do cenário da pandemia, para a construção de um modelo mais resiliente e sustentável à nova realidade que se apresenta.

A pandemia da Covid-19 explicita a necessidade de articulação em escala global para o combate a novas ou pouco conhecidas doenças, que se alastram rapidamente em razão de vivermos num modelo de crescente interconexão socioeconômica. Além de fluxos intensos de pessoas, informação e mercadorias, o movimento de urbanização é crescente: estima-se que a proporção da população mundial em áreas urbanas saltará de 55 para 68% até 2050, o que, considerando o crescimento da população, representa um acréscimo de 2,5 bilhões de pessoas.

A COVID-19 E O MEIO AMBIENTE

Um tema que frequentemente escapa a essa análise é o ambiental. De início, deve-se notar que muitas das novas doenças que ameaçam – e ameaçarão – a vida humana se originam de organismos vivos, que podem transmitir patógenos infecciosos de animais para humanos e entre humanos. As doenças zoonóticas representaram 60% dos 335 eventos de doenças infecciosas emergentes identificadas entre 1940 e 2004, a maioria delas (72%) de animais silvestres e com crescimento significativo ao longo do período examinado.

São exemplos de doenças zoonóticas a síndrome respiratória aguda grave (SARS, do inglês severe acute respiratory syndrome), a doença pelo vírus ebola, a síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS, do inglês Middle East respiratory syndrome) e, agora, a Covid-19.

A mudança do clima pode afetar o comportamento de espécies da vida selvagem ou alterar seus fluxos migratórios em busca de temperaturas mais ou menos amenas, aproximando-as diretamente de humanos ou de espécies mais próximas de humanos e permitindo que patógenos tenham contato com novos hospedeiros. A mudança do clima afeta ainda os padrões de temperatura e de umidade, que influenciam quando e onde os patógenos podem aparecer.

Na direção contrária, o avanço sobre áreas nativas, desmatando-as e/ou convertendo-as à produção de alimentos e biocombustíveis, à criação de gado ou à extração de minerais, aproxima humanos e rebanhos de populações de animais silvestres. Em menor escala, a domesticação de animais silvestres tem efeito semelhante.

Em ambos os sentidos, o risco de disseminação de doenças novas ou menos conhecidas aumenta. No caso da Covid-19, há ainda que se confirmar o salto de espécies do vírus oriundo de morcegos a uma espécie vendida no mercado de animais vivos de Wuhan, o pangolim da Malásia.



Com a mudança do clima e a perda de biodiversidade pela expansão da atividade humana, ocorrem mudanças significativas no tempo de disseminação, na intensidade dos surtos e nas localidades afetadas por novas doenças.

Assim, tanto a mudança do clima quanto a perda de biodiversidade pela expansão da atividade humana são fatores ambientais que justificam a percepção dos cientistas de que, nos próximos anos, haverá alterações significativas no tempo de disseminação, na intensidade dos surtos e nas localidades afetadas por novas doenças.

Adicionalmente, de maneira especial para doenças que afetam o sistema respiratório, outro fator ambiental, a poluição do ar, também deve ser considerado. Um estudo relacionado ao SARS indicou que pessoas em áreas mais poluídas tinham 84% mais chances de morrer em razão da infecção. Daí a necessidade de se tratar de forma distinta populações ou indivíduos mais vulneráveis, seja porque vivem em áreas mais poluídas, seja por viverem em situação de rua.

Faz-se necessário, portanto, que se considere também a variável ambiental na análise do cenário da pandemia, senão diretamente no urgente esforço de achatamento da curva de casos de Covid-19, na construção de um modelo mais resiliente e sustentável para a nova realidade que se apresenta.

CAMINHOS PARA A RECONSTRUÇÃO

Embora o termo *resiliência* esteja na moda e a amplificação do seu uso tenha gerado muito ruído e distorção, definições adaptadas da raiz do conceito em ecologia são muito adequadas ao contexto da pandemia, à medida que se opõem a uma abordagem, em geral quantitativa, que busca avaliar a taxa pela qual um sistema retorna ao equilíbrio após uma perturbação, assumindo que o sistema tem condições de equilíbrio e que há um único estado no qual esse equilíbrio se aplica.

A abordagem de resiliência reconhece que diversos sistemas ecológicos podem passar mais tempo fora de equilíbrio, ou em vários estados possíveis. Nesse sentido, *resiliência é a capacidade de um sistema, um indivíduo, uma floresta, uma cidade ou uma economia de lidar com as mudanças e continuar a se desenvolver*. Assumindo que seres humanos e meio ambiente estão fortemente interligados, a ponto de serem concebidos como um sistema socioecoló-

gico, resiliência diz respeito a como utilizar choques e perturbações – tais quais crises financeiras, mudança do clima, desastres e epidemias – para estimular a renovação e o pensamento inovador.

O reconhecimento da necessidade de adaptação a esse novo estado para o qual caminhamos aparece, por exemplo, no pronunciamento do governador Andrew Cuomo em 20 de abril deste ano sobre como o estado de Nova York está respondendo à pandemia de Covid-19. Cuomo resgatou então um conceito muito caro à agenda do desenvolvimento sustentável, o reconstruir para melhor, ou *building back better* (BBB).

BBB é uma expressão cunhada em protocolos internacionais. Diz respeito ao uso das fases de recuperação, reabilitação e reconstrução pós-desastre para aumentar a resiliência das nações e comunidades com a restauração da infraestrutura física e dos sistemas sociais e a revitalização dos meios de vida, economias e meio ambiente. O BBB tem sido utilizado em casos de eventos extremos, sejam naturais – como terremotos, furacões, *tsunamis*, erupções vulcânicas –, sejam tecnológicos, pela ação empresarial, como o derramamento de óleo no Golfo do México, o desastre nuclear de Fukushima (Japão) e os desastres relacionados a rompimentos de barragens provocados pela Samarco, em Mariana, e pela Vale, em Brumadinho.

RECONSTRUIR MELHOR EM RESPOSTA À COVID-19

Além de medidas de curto prazo, que incluem o adequado diagnóstico dos riscos nas dimensões humana e econômica, e do fortalecimento do arranjo de governança para seu enfrentamento, é necessário olhar para o longo prazo com a perspectiva de que o recomeço não contempla volta ao estado anterior, por não ser possível reconstruí-lo, e, principalmente, por ele, *per se*, ter sido responsável pelo próprio desastre. Daí a necessidade de a agenda de reconstrução incorporar a de desenvolvimento sustentável e convidar governos e o capital privado a promoverem investimentos que garantam:

- a melhoria do capital humano – saúde pública, educação, redução da poluição do ar e da água, ampliação do acesso à água potável;
- a provisão de bens públicos como energia e saneamento;
- a resiliência a choques futuros, construindo capacidade de lidar e de se recuperar não apenas de epidemias, mas também de desastres naturais e impactos da mudança do clima;
- uma trajetória de crescimento sustentável e de baixo carbono, que passa por apoio a tecnologias verdes e disse-

minação delas, investimentos para facilitar a implantação de redes inteligentes (*smart grids*), consumo de energias renováveis e veículos elétricos, além de opções *low-tech*, como recomposição de áreas florestais e restauração de recursos hídricos.

É necessário garantir que esses recursos não sejam alocados em ativos ociosos, impondo custos elevados à sociedade à medida que, por exemplo, consideram tecnologias em declínio ou localidades expostas ao risco climático.

SINAIS DE ALERTA

É importante notar que as respostas às crises econômicas e de saúde pelas quais passamos nas últimas décadas geraram aumento de emissões, sobretudo porque, no pós-crise, há diversos interesses públicos e privados disputando recursos escassos.

Na Alemanha, por exemplo, a chanceler Angela Merkel afirmou, em 27 de abril de 2020, que os governos devem considerar a mudança do clima nos programas de estímulo fiscal de recuperação da pandemia de Covid-19. Mas, ao mesmo tempo em que 60 empresas alemãs pediram ao governo federal medidas para superar tanto a crise climática quanto a de Covid-19, montadoras fizeram *lobby* para evitar que fossem anunciadas medidas de restrição dos limites de emissão de poluentes de carros, companhias áreas demandaram redução de impostos sobre combustíveis e indústrias químicas apelaram contra a implantação, pela Comunidade Europeia, de restrições mais rígidas a determinados produtos de plástico de utilização única.

Na Coreia do Sul, o partido do presidente Moon Jae-in publicou, em março de 2020, um manifesto por um *green new deal*, e sua transformação em política pública para recuperação econômica pós-Covid-19 está em curso. Todavia, o governo tem sido criticado pelo resgate de US\$ 825 milhões à principal construtora de usinas de carvão.

Nos Estados Unidos, o governo Trump tem se esforçado para, em meio à pandemia, revisar as regulamentações ambientais da era Obama, como os padrões de eficiência de consumo de combustível para automóveis, que aumentariam a eficiência média de combustível da frota americana em mais de 10 quilômetros por galão (4,55 litros). Também tem ampliado o acesso a terras públicas, por meio de vendas e concessões, aos setores de óleo e gás, mineração de urânio (intensivo em água) e extração madeireira.

Na China, com a redução da intensidade dos casos de Covid-19, foi aprovada mais capacidade de geração de energia por termoelétricas e carvão mineral do que em todo o ano de 2019. No Brasil, o desmatamento na região

O recomeço não contempla a volta ao estado anterior, por não ser possível reconstruí-lo, e, principalmente, por ele, per se, ter sido responsável pelo próprio desastre.

amazônica de janeiro a março de 2020 alcançou 796 km², ante 526 km² no mesmo período de 2019, ano em que a Amazônia mais ardeu em chamas desde 2008.

TODOS INTERLIGADOS

No urgente combate à pandemia de Covid-19, os mais jovens, saudáveis e ricos são chamados a mudar seus comportamentos e colaborar para proteger os mais idosos e vulneráveis e, não menos importante, as gerações futuras. No combate à mudança do clima e à perda da biodiversidade, a percepção é de que se trata de problemas de longo prazo e que cabe à população que acessa maior bem-estar nos países desenvolvidos e que tem maior pegada ecológica de consumo o “sacrifício” de mudar radicalmente seus estilos de vida em relação ao acesso a alimentos e à água potável.

Situações como a crise hídrica pela qual o estado de São Paulo passou entre 2014 e 2016 – e respondeu com obras emergenciais voltadas à maior interligação de sistemas de abastecimento, mas não de forma custo-efetiva, com políticas de estímulo à ecoeficiência e ao reúso – contribuem para que a sociedade associe um problema ambiental mais proximamente ao curto prazo na percepção de riscos. No entanto, essa visão de alcance limitado não faz sentido. A Covid-19 evidencia como ações que pareciam que afetariam gerações futuras no longo prazo impactam também gerações atuais no curto prazo.

Vale ressaltar que na 15ª edição do Relatório de Riscos Globais, publicada pelo Fórum Econômico Mundial, em janeiro de 2020, preocupações ambientais dominaram pela primeira vez os cinco principais riscos por probabilidade (clima extremo, falha na ação climática, desastres naturais, perda de biodiversidade e desastres ambientais causados pelo homem), além de ocuparem três dos cinco principais riscos por impacto (falha na ação climática, perda de biodiversidade e clima extremo), grupo no qual também ingressou uma preocupação social decorrente da escassez de um recurso natural, as crises de água. O risco de pandemia es-

teve entre os cinco principais riscos por impacto nos anos de 2008 e 2009 e, de forma semelhante, o risco de doenças infecciosas, em 2015.

Uma vez achatada a curva de casos da Covid-19, será necessário reconstruir para melhor, acrescentando aos esforços contra a pobreza e a desigualdade a adaptação para combater futuras epidemias, a mudança do clima e a perda da biodiversidade. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um importante roteiro dessa reconstrução para melhor até 2030, mas há que se pensar além.

Se a pandemia de Covid-19 não deixou de discriminar, atingindo fortemente os mais pobres e vulneráveis, ela também invadiu as coberturas, produzindo fatalidades e arruinando negócios, um verdadeiro *wake-up call* para reorientar princípios e prioridades de políticas públicas, estratégias empresariais, ensino e pesquisa, bem como atitudes individuais. O bem-estar humano e o planeta estão interligados, e há várias curvas a serem achatadas no caminho para um modelo de desenvolvimento humano mais inclusivo, resiliente e sustentável. ●

PARA SABER MAIS:

- Kate Jones, Nikkita Patel, Marc Levy, Adam Storeygard, Deborah Balk, John Gittleman e Peter Daszak. *Global trends in emerging infectious diseases*. *Nature*, v.451, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nature06536>
- Center for Climate, Health, and the Global Environment, Harvard University. *Coronavirus, Climate Change, and the Environment*, 2020. Disponível em: hsph.harvard.edu/c-change/news/coronavirus-climate-change-and-the-environment
- Chelsea Harvey. *What could warming mean for pathogens like coronavirus*. *Scientific American*, 9 mar. 2020. Disponível em: [scientificamerican.com/article/what-could-warming-mean-for-pathogens-like-coronavirus](https://www.scientificamerican.com/article/what-could-warming-mean-for-pathogens-like-coronavirus)
- Stockholm Resilience Centre. *What is resilience? An introduction to a popular yet often misunderstood concept*. Disponível em: [stockholmresilience.org/research/research-news/2015-02-19-what-is-resilience.html](https://www.stockholmresilience.org/research/research-news/2015-02-19-what-is-resilience.html)
- Stephen Hammer e Stéphane Hallegatte. *Planning for the economic recovery from COVID-19: a sustainability checklist for policymakers*. *World Bank Blogs*, 14 abr. 2020. Disponível em: blogs.worldbank.org/climatechange/planning-economic-recovery-covid-19-coronavirus-sustainability-checklist-policymakers

MARIO MONZONI > Professor da FGV EAESP e coordenador do Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces) > mario.monzoni@fgv.br
 ANDRÉ CARVALHO > Professor da FGV EAESP > andre.carvalho@fgv.br